

Rodovia das Cataratas S.A.

**Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo
com as Normas Internacionais de Contabilidade
em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e Parecer dos
Auditores Independentes**

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2005 e 2004

Índice

Parecer dos Auditores Independentes	2
Demonstrações Contábeis	
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos Financeiros.....	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Rodovia das Cataratas S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Rodovia das Cataratas S.A.**, levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e das respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Rodovia das Cataratas S.A.** em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e de seu fluxo financeiro, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.
4. Conforme descrito na Nota 13, a Administração da Companhia e o Governo do Estado do Paraná estão discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao Contrato de Concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. No período de 24 de julho de 2004 a 28 de maio de 2005, vigorou o contrato preliminar, que entre outros, criou a Comissão Paritária para estudo de eventual desequilíbrio econômico e financeiro no Contrato de Concessão. A Comissão Paritária concluiu, em 24 de maio de 2005, que o Contrato de Concessão apresenta desequilíbrio econômico e financeiro, tendo a Companhia pedido a título de tutela antecipada a utilização da taxa interna de retorno – TIR (16,43% a.a.) apurada pela referida Comissão. Pedido esse, deferido em 1º de setembro de 2005, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Cascavel, 13 de janeiro de 2006

MOORE STEPHENS LIMA LUCCHESI
Auditores Independentes
CRC 2SP 015.045/O-0

Sergio Lucchesi Filho
Contador – CRC 1 SP 101.025/0 – O S - PR

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
Em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

	2005	2004
ATIVO		
Circulante		
Caixa e bancos	1.121	577
Aplicações financeiras (nota 4)	14.165	18.280
Títulos a receber	976	462
Impostos a recuperar	145	355
Adiantamentos a fornecedores	472	310
Créditos com empresas ligadas	92	-
Outros créditos	241	300
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	4.047	638
Despesas do exercício seguinte	978	944
	22.237	21.866
Realizável longo prazo		
Depósitos judiciais	1.975	1.187
Aplicações financeiras vinculadas (nota 4)	3.521	3.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	-	5.065
	5.496	9.965
Permanente		
Imobilizado (nota 6)	124.490	124.123
	124.490	124.123
Total do Ativo	152.223	155.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	4.824	2.049
Empréstimos e financiamentos (nota 7)	8.501	8.466
Dividendos a pagar (nota 10)	2.765	-
Juros s/remuneração capital próprio (nota 10)	-	2.775
Salários e encargos sociais	1.526	1.214
Obrigações fiscais	1.694	1.532
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	4.642	5.219
Outras contas a pagar	180	7
	24.132	21.262
Exigível á longo prazo		
Empréstimos e financiamentos (nota 7)	36.732	44.643
Provisão para contingências (nota 8)	2.955	2.218
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	12.592	12.592
	52.279	59.453
Patrimônio líquido		
Capital social (nota 10)	41.849	41.849
Reserva legal	508	-
Lucros acumulados	33.455	33.390
	75.812	75.239
Total do passivo e do patrimônio líquido	152.223	155.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2005	2004
Receita bruta de serviços	77.182	71.423
Impostos sobre a receita	(6.844)	(5.284)
Receita operacional líquida	70.338	66.139
Custo dos serviços prestados (nota 12)	(52.208)	(48.144)
Lucro bruto	18.130	17.995
Despesas administrativas (nota 12)	(4.139)	(4.207)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	13.991	13.788
Recuperação de despesas		
Reversão de provisões	-	521
	-	521
Receitas financeiras		
Rendimento aplicações financeiras	4.425	2.928
Juros recebidos	32	26
Variações cambiais sobre empréstimos	1.458	681
Descontos obtidos	15	5
Outras receitas	234	-
	6.164	3.640
Despesas financeiras		
Variações cambiais sobre empréstimos	(355)	-
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(534)	(696)
Outras despesas	(79)	(302)
	(968)	(998)
Resultado financeiro líquido	5.196	2.642
Resultado operacional	19.187	16.951
Resultado não operacional	139	252
Lucro antes do imposto de renda	19.326	17.203
Imposto de renda e contribuição social (nota 5)	(5.141)	(4.620)
Lucro líquido do exercício	14.185	12.583
Lucro líquido por ação – R\$ 1,00	0,34	0,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

	<u>Capital</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2003	41.849	-	24.072	65.921
Juros sobre capital próprio (nota 10)	-	-	(3.265)	(3.265)
Lucro líquido do exercício	-	-	12.583	12.583
Saldos em 31 de dezembro de 2004	41.849	-	33.390	75.239
Lucro líquido do exercício	-	-	14.185	14.185
Juros sobre capital próprio (nota 10)	-	-	(3.965)	(3.965)
Dividendos distribuídos	-	-	(9.647)	(9.647)
Reserva legal	-	508	(508)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	41.849	508	33.455	75.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS FINANCEIROS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.185	12.583
Valores que não afetam o caixa (ajustes):		
Depreciações	27.592	25.271
Custo da venda de imobilizado	(247)	(268)
Capitalização de juros	6.722	7.818
Redução em créditos tributários diferidos	1.656	999
(Redução) aumento em débitos tributários diferidos	(576)	991
Variações monetárias sobre empréstimos	(1.102)	(681)
	<u>48.230</u>	<u>46.713</u>
(Aumento) redução em impostos a recuperar	210	(299)
(Aumento) em depósitos judiciais	(788)	(218)
(Aumento) redução em títulos a receber	(514)	29
(Aumento) redução em aplicações financeiras de longo prazo	192	(384)
(Aumento) redução em outros créditos	59	(20)
(Aumento) em adiantamentos a fornecedores	(162)	(147)
(Aumento) redução em despesas pagas antecipadamente	(34)	284
(Redução) aumento em fornecedores	2.775	(2.105)
(Redução) em juros s/remuneração capital próprio	(6.146)	-
(Redução) em dividendos a pagar	(9.647)	-
Aumento em partes relacionadas	2.673	-
(Redução) aumento em salários e encargos sociais	312	(199)
(Redução) aumento em obrigações fiscais	(432)	452
Aumento em provisão para contingências	737	431
(Redução) aumento de outras contas a pagar	173	(2.570)
	<u>(10.592)</u>	<u>(4.746)</u>
Fluxo de caixa líquido das operações	<u>37.638</u>	<u>41.967</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	(27.974)	(21.780)
Receita com a venda de imobilizado	262	322
	<u>(27.712)</u>	<u>(21.458)</u>
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Pagamentos de empréstimos – Principal	(8.212)	(4.316)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(5.311)	(7.195)
Aumento de empréstimos e financiamentos	26	40
	<u>(13.497)</u>	<u>(11.471)</u>
Aumento das disponibilidades	<u>(3.571)</u>	<u>9.038</u>
Disponibilidades no início do exercício	18.857	9.819
	<u>15.286</u>	<u>18.857</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

1. Atividades operacionais

A Companhia, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do lote 003 da rodovia BR 277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante de concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à sociedade, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do lote 003, bem como o desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, mas se estenderá, no mínimo, durante a vigência de 24 anos da concessão de um trecho de 387,1 Km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas Normas Internacionais de Contabilidade, consoante principais práticas contábeis descritas na nota 3 e no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são resumidas a seguir:

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, sendo todos os ativos e passivos indexados, atualizados *pró-rata tempore*.

b) Aplicações financeiras

São avaliadas pelos valores originalmente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de realização.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

3. Principais práticas contábeis - Continuação

c) Despesas do exercício seguinte

Os custos com renovação de apólices de seguro, conforme previsto em cláusula contratual de concessão, a qual prevê a cobertura para a conclusão das obras futuras a serem realizadas pela Companhia durante todo o período de concessão, são diferidos e amortizados pelo período da respectiva cobertura.

d) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelos seguintes critérios:

- ♦ O custo atribuído à “Rodovia”, é depreciado pelo método de margem bruta de rentabilidade, o qual pondera os volumes de despesa em cada exercício, durante o prazo de concessão, em função da receita total a ser obtida no mesmo período. Para esta estimativa, foi considerado o montante total dos investimentos a serem realizados durante todo o período da concessão. Este critério foi fundamentado por estudos feitos por uma empresa de engenharia de tráfego, que estimou o fluxo de veículos que transitarão pela rodovia, durante o prazo de concessão o qual determinou a previsão de receita;
- ♦ A depreciação dos demais itens do imobilizado é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos bens, indicadas na nota 6.

e) Capitalização de juros

As despesas de juros com empréstimos e financiamentos estão sendo capitalizadas, à conta de Ativo Imobilizado - Rodovia, conforme facultado pela Norma Internacional de Contabilidade (NIC) 23. Tal capitalização foi determinada considerando estudos relativos a montantes, taxas e prazos de contratação dos empréstimos destinados às obras programadas. Os valores capitalizados estão sendo depreciados pelo critério de margem, conforme detalhado nas notas 3d e 6.

f) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores de captação, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados junto às instituições financeiras, até a data do balanço, conforme nota 7.

g) Demais ativos e passivos circulantes

São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social são efetuados à alíquota base de 15% (acrescida de adicionais de 10% sobre a parcela do lucro excedente à R\$ 240 no exercício) e de 9%, respectivamente, sobre o lucro líquido apurado de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, ajustada por adições e exclusões previstas pela legislação fiscal. Em 31 de dezembro de 2005, foram constituídas as provisões para imposto de renda e contribuição social correntes, e foram registrados imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo, sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, conforme demonstrado na nota explicativa 5.

i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se a: (i) provisão para contingências e (ii) realização de tributos diferidos.

4. Aplicações financeiras

Banco	Tipo de aplicação	Juros	R\$	
			2005	2004
Banco do Brasil S/A	Renda fixa	97% CDI	30	181
Banco Itaú BBA	Renda fixa	99,9% e 100,8% CDI	5.808	-
Banco BIC S/A	Renda fixa	100 e 102% CDI	226	5.904
Unibanco S/A	Renda fixa	100% CDI	12	3.348
Banco Undusval S/A	Renda fixa	102% CDI	2.028	2.535
Banco Fibra S/A	Renda fixa	100,5% e 101,5% CDI	2.231	1.010
Banco Pine S/A	Renda fixa	104% CDI	3.830	1.598
Banco BVA S/A	Renda fixa	104% CDI	-	1.598
Banco Indl Brasil S/A	Renda fixa	103% CDI	-	2.106
Total curto prazo			14.165	18.280
Unibanco S/A	Caução BNDES	100% CDI	3.521	3.713
Total longo prazo			3.521	3.713

As aplicações financeiras de longo prazo referem-se a conta vinculada destinada a suprir, em caso de insuficiência de saldo na conta corrente, o pagamento integral das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente do empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme descrito na nota 7. O saldo desta conta ficará bloqueado até o vencimento final do contrato de empréstimo, sendo facultada sua aplicação financeira.

RODOVIA DAS CATARATAS

5. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes no próximo exercício social e têm a seguinte composição :

	31.12.2005			31.12.2004		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativo:						
Sobre prejuízos fiscais	2.258	982	3.240	3.568	1.453	5.021
Sobre provisões						
Temporariamente não dedutíveis	631	176	807	555	127	682
	2.889	1.158	4.047	4.123	1.580	5.703
Ativo circulante			<u>4.047</u>			<u>638</u>
Realizável a longo prazo			<u>-</u>			<u>5.065</u>

	31.12.2005			31.12.2004		
	Imposto de Renda	Contribuição social	Total	Imposto de Renda	Contribuição social	Total
Passivo:						
Sobre diferenças temporárias entre princípios contábeis brasileiros e internacionais	12.672	4.562	17.234	13.097	4.714	17.811
Passivo circulante			<u>4.642</u>			<u>5.219</u>
Exigível a longo prazo			<u>12.592</u>			<u>12.592</u>

O orçamento econômico-financeiro elaborado pela Companhia indica uma expectativa de que os créditos fiscais diferidos ativos poderão ser integralmente realizados no próximos exercício social.

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	31.12.2005	31.12.2004
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(2.960)	(1.906)
Imposto de renda diferido	(810)	(1.456)
Imposto de renda	<u>(3.770)</u>	<u>(3.362)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(1.101)	(723)
Contribuição social diferida	(270)	(535)
Contribuição social	<u>(1.371)</u>	<u>(1.258)</u>
Totais	<u>(5.141)</u>	<u>(4.620)</u>

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

5. Imposto de renda e contribuição social diferidos - continuação

A conciliação dos tributos lançados ao resultado do exercício é como segue:

	31.12.05		31.12.04	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos sobre renda	19.326	19.326	17.203	17.203
Diferenças permanentes:				
Despesas indedutíveis	128	128	47	40
Juros s/ cap. próprio (nota 10)	(3.965)	(3.965)	(3.265)	(3.265)
Outros	(409)	(256)	(537)	-
Base de cálculo	15.080	15.233	13.448	13.978
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Total	3.770	1.371	3.362	1.258

6. Imobilizado

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo em				Saldo em	
		31.12.2004	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2005	31.12.2004
Custo							
Móveis e utensílios	10%	647	35	(4)	-	678	647
Hardware e software	20%	1.698	137	(91)	644	2.388	1.698
Máquinas e equipamentos	10%	1.604	288	(8)	114	1.998	1.604
Veículos	20%	2.827	-	(243)	446	3.030	2.827
Gastos com conservação	25% a 50%	20.625	4.854	-	-	25.479	20.625
Imobilizações em andamento	-	1.569	618	-	(1.967)	220	1.569
Rodovia	(a)	190.805	22.042	(1.841)	763	211.769	190.805
		219.775	27.974	(2.187)	-	245.562	219.775
Depreciação Acumulada							
Móveis e utensílios		(473)	(159)	3	-	(629)	(473)
Hardware e software		(1.245)	(451)	90	-	(1.606)	(1.245)
Máquinas e equipamentos		(725)	(176)	3	-	(898)	(725)
Veículos		(1.770)	(294)	235	-	(1.829)	(1.770)
Gastos com conservação		(16.346)	(5.013)	-	-	(21.359)	(16.346)
Rodovia		(75.093)	(21.499)	1.841	-	(94.751)	(75.093)
		(95.652)	(27.592)	2.172	-	(121.072)	(95.652)
Totais		124.123	382	(15)	-	124.490	124.123

(a) A depreciação da rodovia foi apurada conforme descrito na nota 3 (d).

Por força de disposições contratuais, a Companhia deve realizar investimentos para recuperar, manter e expandir o trecho da rodovia que lhe foi concedido, durante todo o prazo da concessão. A Companhia elaborou orçamento destes investimentos obrigatórios, para fins de estabelecer a base de depreciação neste período e nos períodos futuros, determinando uma proporcionalidade dos volumes de investimentos a serem realizados, os quais incorporam os montantes já investidos e registrados no ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2005, em relação aos volumes projetados de receitas para o mesmo período.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

6. Imobilizado – continuação

O coeficiente obtido da aplicação do volume de receita de cada período em relação ao total projetado de receitas para todo o período da concessão, aplicado sobre o montante total dos investimentos orçados, resulta no montante de depreciação de cada período. Este cálculo é equivalente à aplicação do coeficiente resultante, do total dos investimentos orçados em relação ao total das receitas orçadas aplicado sobre as receitas orçadas para cada período. O orçamento de receitas, assim como o de investimentos será revisto e acompanhado anualmente, comparativamente ao realizado. Este critério manterá as despesas de depreciação da "Rodovia", proporcionais à receita de cada ano, durante todo o prazo da concessão.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foi capitalizado às contas do ativo imobilizado, o montante de R\$ 6.722 (R\$ 7.818 em 2004), referente a juros originados por empréstimos aplicados na construção e manutenção do referido ativo, conforme critérios descritos na Nota 3.e.

7. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Taxa de juros ao ano	Vencimento Final	31.12.2005		31.12.2004	
				Curto Prazo	Longo prazo	Curto Prazo	Longo prazo
Para Investimentos:							
BNDES	TJLP	5,00% a.a.	15.07.2011	7.379	31.794	7.156	37.642
BNDES	V.C. (a)	5,00%a.a.	15.07.2011	1.122	4.938	1.310	7.001
Total				8.501	36.732	8.466	44.643

(a) Calculada com base em unidade monetária do BNDES, a qual reflete a variação cambial de uma cesta de moedas composta por: dólar norte-americano, Euro, Iene e Franco-suíço.

Em 14 de dezembro de 2001 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, concedeu à Companhia, linha de crédito no valor original de R\$50.264 mil, com a finalidade de execução das obras e serviços destinados à recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de parte da rodovia BR-277 e as rodovias de acesso PR-180, PR-874, PR-474 e PR-590, integrantes do Anel de Integração designado lote 03.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos obtidos, foram entregues cartas de fiança, avais de acionistas e notas promissórias. Adicionalmente, em 14 de dezembro de 2001 a empresa controladora indireta Sideco Americana S.A. constituiu-se como devedora solidária no financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor original total de R\$50.264, com vencimento final em 15 de julho de 2011.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento	R\$
2.007	8.276
2.008	8.276
Após 2.008	20.180
	36.732

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

8. Provisão para contingências

Refere-se a passivos registrados para fazer face á possíveis perdas com discussões judiciais, relativos a ações administrativas e cíveis.

9. Instrumentos financeiros

A sociedade não utiliza instrumentos financeiros para administrar sua exposição às variações de câmbio, entre outros fatores de risco e, em consequência, não tem implementado transações associadas a instrumentos financeiros, que possam gerar riscos de perda futura não registrada nas demonstrações contábeis. A posição dos empréstimos indexados em moeda estrangeira está demonstrada na nota 7.

10. Capital social

O capital social está representado por 41.849.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2005 e 2004 é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	R\$ Capital integralizado
Civilia Engenharia Ltda.	35.353.430	35.353
Rossi Participações S/A.	6.126.694	6.127
Momento Engenharia e Construção Civil Ltda.	368.869	369
Conselheiros	7	-
Total	41.849.000	41.849

A distribuição de dividendos está condicionada à existência de lucros nos registros contábeis da Companhia, mantidos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Aos acionistas detentores de ações ordinárias, o Estatuto prevê o pagamento de dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado na forma da lei.

A distribuição de dividendos (2005) e o pagamento de juros sobre o capital próprio (2005 e 2004) são demonstrados a seguir:

	Acionista			Total	
	Civilia Engenharia Ltda.	Rossi Participações S/A	Momento Eng. Const. Civ. Ltda.	2005	2004
Dividendos					
• Propostos	8.150	1.412	85	9.647	-
• Antecipados	(5.814)	(1.007)	(61)	(6.882)	-
• Saldo em 31 de dezembro	2.336	405	24	2.765	-
Juros sobre o capital próprio					
• Propostos	3.350	580	35	3.965	3.265
• Retenção imposto de renda	(502)	(87)	(5)	(594)	(490)
• Antecipados	(2.848)	(493)	(30)	(3.371)	-
• Saldo em 31 de dezembro	-	-	-	-	2.775

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

10. Capital social – continuação

Os juros sobre o capital próprio foram calculados nos termos e limites estabelecidos pelo Artigo 9º da Lei N.º. 9.249/95 e disposições subseqüentes, os quais permitem que os valores desses juros sejam considerados dedutíveis dos lucros em cada período para fins de determinação dos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os lucros. Na demonstração do resultado, para atender-se a legislação tributária acima mencionada, os juros estão classificados em despesas financeiras, sendo anulado o efeito no lucro do período mediante reversão, por valores equivalentes, apresentada após os impostos sobre os lucros.

11. Seguros

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, cobertura de seguros considerada suficiente, em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em função do cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão, onde o beneficiário é o DER-PR.

12. Composição de custos dos serviços

Todos os gastos relacionados à manutenção e conservação da rodovia, assim como todos os gastos relacionados à manutenção, conservação e operação das praças de pedágio, são alocados ao resultado quando incorridos e classificados contabilmente como custo dos serviços prestados, que engloba a depreciação dos ativos relacionados a estas operações.

Para melhor apresentação da demonstração de resultado, foi procedido ao rateio dos itens que representam os gastos classificáveis como custo, baseado em levantamentos contábeis e correlação com o orçamento previamente elaborado pela Companhia.

As principais contas relacionadas com custos e despesas em 31 de dezembro de 2005 e 2004 são:

Descrição	2005			2004
	Custo	Despesa	Total	Total
Despesas com pessoal	8.259	1.962	10.221	8.653
Assessoria, consultoria e assistência técnica	1.293	496	1.789	2.905
Energia elétrica e água	292	48	340	294
Comunicação	679	110	789	783
Limpeza e conservação	212	28	240	178
Segurança	589	40	629	581
Transportes de valores	593	-	593	534
Resgate	1.789	-	1.789	1.930
Propaganda e publicidade	90	371	461	434
Seguros e garantias	1.009	-	1.009	2.583
Despesas de viagens	168	88	256	207
Despesas com veículos	1.844	119	1.963	1.417
Manutenção de máquinas, equip. e instalações	776	136	912	425
Materiais	276	72	348	85
Verbas de fiscalização e aparelhamento (DER-PFR)	741	-	741	1.513
Tratamento ambiental	81	-	81	42
Conservação da rodovia	5.113	-	5.113	3.592
Depreciação da rodovia	24.598	-	24.598	22.514
Depreciação dos demais itens	2.954	40	2.994	2.757
Verba rescisória	-	-	-	166
Diversos	852	629	1.481	1.978

Total de 2005	<u>52.208</u>	<u>4.139</u>	<u>56.347</u>	
Total de 2004	<u>48.144</u>	<u>4.207</u>		<u>52.351</u>

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

13. Informações sobre o contrato de concessão

A pedido do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual 14.063 de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da Concessão objeto do contrato de exploração do lote número 3 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Companhia.

De acordo com a referida Lei, a extinção da Concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á imediatamente após o pagamento do valor correspondente à indenização devida à Concessionária, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº 76 de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos.

Em janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de Decretos declarando como sendo de "utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto" de cinco das seis Companhias que fazem parte do "Anel de Integração do Estado do Paraná". Pelos referidos Decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Procuradoria-Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação.

A administração da Companhia, juntamente com parcela significativa das demais Concessionárias de rodovias que formam o chamado "Anel de Integração do Estado do Paraná", solicitou a suspensão do decreto de desapropriação e, além disso, vem discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao contrato de concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997.

Tais discussões levaram à assinatura, em 24 de julho de 2004, de um contrato preliminar entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR, e a Concessionária Rodovia das Cataratas S.A., objetivando alterar diversas cláusulas de serviços do Contrato de Concessão de Obras Públicas nº. 073/97 com base nas seguintes premissas e objetivos:

- a) Redução média das tarifas básicas do pedágio em 30%;
- b) Manutenção do reajuste das tarifas básicas do pedágio aplicadas em dezembro de 2002 e do reajuste correspondente ao ano de 2003;
- c) Considerar o volume de tráfego na fixação das tarifas básicas de pedágio;
- d) Extinção das verbas para custeio da fiscalização do DER, para aparelhamento da polícia rodoviária;
- e) Revisão da cláusula econômica, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato;
- f) Alteração da *Performance Bond*, para valor equivalente a 5% da receita projetada para o ano seguinte;
- g) Alteração das obrigações contratuais da Concessionária, mantendo-se as obrigações relativas à operação, conservação e restauração das rodovias e excluindo-se os investimentos referentes às obras de melhoria e ampliação da capacidade;
- h) As obras de restauração inicialmente previstas para o ano 7 (2004) terão seu prazo de execução ampliado até dezembro de 2005, sendo executadas em 2004 a infra-estrutura da restauração

Parte significativa dos itens acima referidos foi aplicada a partir da assinatura do contrato preliminar.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

13. Informações sobre o contrato de concessão - continuação

Em dezembro de 2004, o referido contrato foi prorrogado por 90 (noventa) dias e a seu término, por mais 90 (noventa) dias, de modo que sua vigência terminou 28 de maio de 2005.

Para fins de revisão de equilíbrio econômico financeiro do contrato, o contrato inicial instituiu uma Comissão Paritária. Os trabalhos dessa Comissão foram finalizados no dia 24 de maio de 2005, momento em que foi elaborada a Ata Conclusiva de nº 17, documento onde foi formalizada a existência de desequilíbrio econômico financeiro desfavorável a Concessionária. Concluiu-se também, que o reequilíbrio do contrato se daria a uma taxa interna de retorno de 16,43% a.a.. Como está em curso o processo nº 2004.70.00.040002-2, interposto pela Companhia, foi pedido pela mesma a tutela antecipada, do reequilíbrio do contrato pela TIR apurada pela Comissão Paritária, até que a ação seja transitada em julgado. Pedido esse, deferido em 1º. de setembro de 2005, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª. Região.

* * *